

revelar factos da espécie indicada não só afectaria gravemente a sua honra e consideração de empregado, como lhe acarretaria o grave prejuízo material consequente do fatal despedimento do seu emprego e até na natural impossibilidade de continuar a ser empregado forense.

Tenho, pois, o parecer de que um empregado de escritório de advogado não deve depor sobre factos que tenha conhecido, nesse escritório, no exercício do seu trabalho — mormente se o advogado a quem presta ou prestava então serviços, já se recusara a depor sobre eles por se considerar ligado pelo dever de guardar segredo profissional; e de que esse empregado não deve ser coagido a revelar tais factos em juízo.

E sugiro que se remeta cópia do presente parecer — se ele merecer a aprovação do Conselho — ao advogado Consulente, para que este dele use conforme entender conveniente.

Lisboa, 14 de Outubro de 1953.

Fernando de Castro

Parecer do Dr. Júlio Albuquerque de Freitas, aprovado em sessão de 17 de Dezembro de 1953

SUMÁRIO: — O § 3.º do art.º 515.º do Estatuto Judiciário só permite o funcionamento de serviços de contencioso destinados à defesa de «interesses associados», isto é, de «interesses ligados e comuns».

O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados pretende em virtude da susceptibilidade de interpretações divergentes do art.º 515.º do Estatuto Judiciário, não obstante a redacção que lhe foi dada pelo Decreto n.º 37.166, que este Conselho Geral proceda ao estudo e interpretação do referido texto legal.

No ofício de fls. 1 o referido Conselho sublinha que :

«A profissão de advogado e, bem assim e em geral, a do mandatário judicial, tem em Portugal, e pode dizer-se que nos países chamados latinos, um carácter pessoal. Nunca nestes países fez carreira o escritório forense, género inglês ou americano do norte, funcionando sobre uma firma colectiva. E parece que em Portugal, atentas as circunstâncias do meio e psicologia do povo português, o advogado deverá, para seu bem e muito especialmente para o do público, ser bem conhecido do cliente e este daquele, já que a função do advogado deve ser a do conselheiro, muitas vezes a do amigo, e sempre pessoal e nunca burocrata. Repugna à nossa índole e há-de ser inconveniente ao público e à profissão do advogado, que este se transforme num funcionário, mais ou menos anónimo, do cliente, através de organizações em que se sacrifique o segredo profissional, a fixação de honorários consoante as várias circunstâncias das questões ou das consultas, e os demais

preceitos que constituem a ética desta profissão. E a dignidade, a independência do advogado, não são somente bens do próprio advogado; são valores com os quais, antes de mais, beneficiam os constituintes. Ora foi nitidamente inspirado por estes princípios claríssimos e evidentes, que o legislador português, nos Estatutos Judiciários, pretendeu manter o pessoalismo da profissão de advogado e evitar o anonimato, as subordinações, a irresponsabilidade, as partilhas de ganhos, e a comercialidade, que se criam com o exercício desta mesma profissão através dos escritórios de procuradoria, tais como os Contenciosos de Associações, ou de outras agremiações. Assim, pelo Decreto n.º 15.344, de 12 de Abril de 1928, determinou-se que «nenhum escritório de procuradoria judicial poderá funcionar sem que seja dirigido por advogado ou solicitador». Embora timidamente, procurou-se, por aí, controlar, ao menos, tais escritórios, por meio de advogado ou solicitador, ou seja por alguém que se soubesse quem era. Mas não se considerou então que a mera *direcção* pelo advogado ou solicitador, do escritório forense, quando este pertencesse a estranho à profissão, não passaria, em muitos casos, duma simples aparência. Deu-se conta desta circunstância o legislador e daí o art.º 515.º do Estatuto de 1944, pelo qual a proibição do funcionamento de escritórios de procuradoria passou a ser total, ainda mesmo quando aqueles fossem dirigidos por advogado ou solicitador. Era a boa doutrina».

Mais :

«Surgiu depois a modificação trazida ao art.º 515.º pelo Decreto n.º 37.166. Todavia o novo texto não veio esclarecer suficientemente o caso, seja dito sem desprimor para quem tenha redigido aquele».

«Visto a lei admitir agora as procuradorias forenses desde que sirvam a defesa dos interesses legitimamente associados, o primeiro ponto a decidir — e será por aí que se delimitará o âmbito de tais escritórios — é a interpretação a dar à frase «interesses legitimamente associados». Para a defesa de tais interesses a procuradoria será possível; mas não para tratar doutros assuntos dos mesmos associados.

E ainda :

«Se se admitisse o entendimento contrário do deste Conselho, e, assim, que o actual art.º 515.º e seu § 3.º do Estatuto Judiciário, permite a existência nas Associações e demais agremiações, de contenciosos, cujos advogados poderão e deverão tratar dos casos individuais, sejam quais forem, de cada associado, poderá dizer-se que a profissão de advogado como ela tem sido entendida desde séculos em Portugal, acabará. Seria de prever a criação de contenciosos em todas as agremiações com possibilidades para os manter, até mesmo a criação de

associações mais ou menos fantasistas só com o fito da instalação nelas de contenciosos; mesmo sem humorismo não custaria crer que se criassem associações, por exemplo, dos moradores de certas ruas ou bairros, seria ainda de prever que os advogados em tais contenciosos, não teriam independência nem ganhos proporcionados aos serviços nem o verdadeiro e directo sentimento de responsabilidade para com o cliente, nem poderia manter o devido segredo profissional, nem evitariam o agenciamento de clientela que resultaria do próprio mecanismo das associações. Enfim, estaria criado o advogado burocrata, funcionário. Mas se ao invés de tudo isto, a interpretação em que se assentar do art.º 515.º, § 3.º, for concordante com a deste Conselho, muitos dos males aqui apontados seriam evitados, mas — há que reconhecer — ainda não todos. Isto porque a verdade é que mesmo quando se adopte uma interpretação restrita do art.º 515.º a possibilidade que o Decreto n.º 37.166 veio a dar à criação de procuradorias e contenciosos, muito embora só para a defesa dos interesses legitimamente associados, abrirá a porta a muita organização que se mascarará suficientemente bem para não poder ser considerada ilegal mas cujo funcionamento e mecanismo serão, no fundo, contrários à ética da profissão forense, e nocivos ao interesse do público».

O art.º 515.º e seu § 3.º do Estatuto Judiciário (Decreto-Lei n.º 37.166) dispõem que :

Art.º 515.º — É proibido o funcionamento de escritório de procuradoria judicial ou similares, ainda que sob a direcção de advogado ou solicitador.

§ 3.º — Não são considerados escritórios de procuradoria judicial ou similares os serviços de contencioso e consulta jurídica mantidos pelos organismos corporativos ou associações legalmente constituídas, destinadas a facilitar a defesa mesmo judicial, dos interesses legitimamente associados.

Para que deste § 3.º não resulte a revogação do corpo do respectivo artigo necessário é interpretá-lo muito restritivamente.

O fim do art.º 515.º do Estatuto Judiciário é tutelar a autonomia e liberdade dos clientes na escolha dos seus mandatários judiciais com a consequente responsabilização profissional máxima por parte destes.

O alcance do parágrafo em exame não pode pois colidir com essa tutela, isto é, não pode afectar a livre escolha pelos clientes dos mandatários judiciais para defesa dos seus interesses.

A conciliação dos dois preceitos desde logo obriga a distinguir entre interesses para cuja defesa o cliente pode livremente escolher o seu mandatário e todos os demais, quer dizer, todos aqueles que pelo seu caráctr colectivo ou comum tenham necessidade ou vantagem em associar-se.

Não devem confundir-se interesses associados com interesses apenas idênticos.

De outro modo teríamos de admitir a licitude de serviços de contencioso e consulta jurídica para defesa de interesses resultantes, por exemplo, do mero exercício da mesma profissão e actividade, ou simplesmente de situações jurídicas subjectivas da mesma espécie.

Concretizando teríamos, por exemplo, entre as primeiras, serviços de contencioso e consulta jurídica de aviadores, motoristas, professores, comerciantes, etc., ou entre as segundas de credores, devedores, senhorios, locatários, sinistrados, divorciandos, etc.. Não.

Qualquer serviço de contencioso e consulta jurídica mantido dentro de organismos ou associações e destinado a desenvolver a sua actividade no âmbito de interesses pessoais dos associados é manifestamente proibido pelo corpo do art.º 515.º do Estatuto Judiciário.

A permissão do § 3.º fica, portanto, circunscrita aos restantes interesses, ou seja, aos interesses comuns e aos pertencentes ao próprio organismo ou associação.

Interesses comuns, são os que pertencem a todos os associados que só em conjunto e simultaneamente podem ser considerados e por qualquer motivo estão excluídos do objecto do respectivo organismo ou associação.

Só estes podem ser interesses legitimamente associados.

Esta é, de resto, a interpretação que resulta da própria letra da lei.

Repare-se em que o § 3.º do citado art.º 515.º não usa da expressão «interesses legítimos dos associados» mas sim «interesses legitimamente associados».

A palavra «associados» não se refere, portanto, a pessoas mas sim a interesses.

E sendo assim, o disposto no § 3.º do art.º 515.º do Estatuto Judiciário só pode aproveitar a interesses associados o que tanto vale dizer interesses ligados e comuns.

Associados legitimamente, isto é, quando sem tal associação não pudessem normalmente defender-se.

Esta, portanto, é a interpretação que forçosamente cabe à disposição legal em exame.

E porque em caso de dúvida sobre a legalidade de serviços da espécie nos parece razoável o receio da sua tendência para se envolverem em actividades de disfarçado agenciamento de clientela e outros actos de procuradoria com todos os seus inconvenientes, afigura-se-nos que sempre tal dúvida deve resolver-se no sentido de se impedir o início ou a manutenção da respectiva actividade.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1953.

Júlio Albuquerque de Freitas